



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 17/03/2023

1 ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE
2 MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS
3 QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM, REALIZADA NO DIA 17 DE
4 MARÇO DE 2023, POR VIDEOCONFÊRENCIA, VIA MICROSOFT
5 TEAMS.

6 Aos 17 (dezesete) dias do mês de março de 2023, às 09h:00, deu-se
7 início a 2ª Reunião Ordinária de 2023, dos membros da Comissão
8 Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões
9 Ligadas à Grilagem (CPMEAQLG), de forma presencial, no auditório da
10 Ouvidoria Agrária do TJPA. Participaram da reunião o Excelentíssimo
11 Senhor Desembargador Mairton Marques Carneiro, Ouvidor Agrário e
12 Presidente da CPMEAQLG; o Dr. Juiz André Filo-Creão, Ouvidor Agrário
13 Adjunto do TJPA e Juiz Titular da Vara Agrária de Castanhal e o Dr.
14 Laércio Rosa Junior, assessor da Ouvidoria Agrária, na função de
15 secretário desta Comissão, além dos seguintes membros: Dr. Mário
16 Solano e Dra. Eliana Zacca, representantes da FAEPA; Dra. Ione
17 Nakamura, Dra. Herena Maués e Dr. Waldir Macieira, representantes do
18 MPPA; Dra. Andreia Barreto, representante da DPE; Dra. Naire Rei,
19 representante da OAB/PA; Dr. João de Jesus Souza, representante da
20 FETAGRI; Dr. Jesus Gonçalves, representante da SDDH e Dra. Myrza
21 Tandaya Pegado, representante da ANOREG. Também estiveram
22 presentes os Excelentíssimos Senhores Juízes: Dr. Amarildo José
23 Mazutti, Juiz Titular da Vara Agrária de Marabá e Dr. Antônio Villar, Juiz
24 da Vara Agrária de Altamira. Ausências justificadas: Girolamo Treccani,
25 representante da FETAGRI; Manuel de Jesus Maria, Juiz Titular da Vara
26 Agrária de Santarém; Haroldo Fonseca, Juiz Titular da Vara Agrária de
27 Redenção, Janyce Varella e Ibraim Rocha, representantes da PGE;
28 Elisângela Cortes e Marcus Wagner, representantes da DPU; Adriana
29 Nobre, representante da OAB/PA; Felipe Moura Palha e Nicole Campos,
30 representantes do MPF. A reunião foi gravada em áudio e vídeo, com
31 degravação realizada. **PAUTA:** 1. Aprovação da ATA da última Reunião
32 Ordinária ocorrida no dia 10 de fevereiro de 2022; 2. Informes: 2.1. Dia
33 Nacional do Ouvidor, celebrado dia 16 de março; 2.2. Realização do

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 -- e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 17/03/2023

34 Fórum Regional Permanente do Ministério Público do Estado do Pará com
35 a Sociedade Civil para Questões Agrárias e Fundiárias do Xingu 2023;
36 2.3. Anúncio da realização do Fórum de Questões Agrárias e Fundiárias
37 do Oeste do Pará; 3. Ofício nº 022/2023-CDHDC/ALEPA, encaminhado
38 pela Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da ALEPA,
39 referente a denúncia de desocupação forçada da área denominada
40 Comunidade Pajuçara, localizada no bairro União, em Santarém/PA; 4.
41 Listagem das Ações Possessórias/Petitórias que possuem Decisão
42 Liminar/Sentença de Reintegração, Manutenção ou Imissão na Posse
43 pendentes de cumprimento; 5. O que ocorrer. DES. PRESIDENTE: Bom,
44 eu declaro instalada a presente reunião da nossa turma. Quero informar
45 ao pessoal da Fetagri que o senhor hoje não tem assento como
46 representante da Fetagri. SR. SEBASTIÃO SANTOS: Certo. DES.
47 PRESIDENTE: Certo? O senhor não foi indicado por ninguém da Fetagri.
48 Essa história de dizer: "Não, vai lá e me substitui", não existe isso aqui,
49 está certo? SR. SEBASTIÃO SANTOS: Correto. DES. PRESIDENTE:
50 Então... Mas o senhor pode apreciar, ficar à vontade. Só não pode
51 interferir, tá? Então vamos colocar em aprovação... Eu queria agradecer
52 aos nossos juízes agrários, Dr. André Filo-Creão, Dr. Amarildo e o Dr.
53 Vilar. Os demais não vieram, estão devidamente justificadas ausências, e
54 mesmo porque... Por exemplo, Dr. Haroldo, para chegar aqui, viu, Dr.
55 André, não é fácil, vir de Redenção para cá. Eu, por exemplo, estou
56 fazendo uma programação, todos precisam (F) ser avisados da minha
57 programação, que eu vou visitar todas as regiões agrárias, e lá eu vou...
58 Já pedi e solicitei pessoalmente, só vou solicitar agora publicamente, que
59 os nossos magistrados reúnam, em uma Audiência Pública, todos os
60 sindicatos, toda a sociedade civil de um modo geral, [ininteligível]
61 Ministério Público, se, por exemplo, a Faepa quiser estar presente, se
62 porventura... Por falar nisso ainda não está. DES. PRESIDENTE: Se
63 quiser estar presente, não há problema nenhum. SR. LAÉRCIO ROSA
64 JUNIOR: Dr. João de Jesus, representante suplente, acaba de chegar.
65 Registro a presença da FETAGRI. DES. PRESIDENTE: Da FETAGRI.
66 JOÃO DE JESUS: Isso. DES. PRESIDENTE: Sim. [falas sobrepostas].
67 **ITEM 1:** DES. PRESIDENTE: Bom dia. Então, eu coloco em aprovação a





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 17/03/2023

68 Ata da reunião anterior, a qual foi distribuída a todos os senhores. Bom,
69 conforme solicitô está aprovada a Ata, ninguém tem nada a opor. Informo
70 conforme falei há pouco que eu desejo nesta Audiência Pública, primeiro,
71 visitar, que eu ainda não consegui visitar, todas as regiões agrárias, e lá,
72 se porventura... O juiz agrário deverá dar toda a publicidade possível, é
73 interessante para o Judiciário, não só para o juiz agrário, como para a
74 Ouvidoria Agrária, que eu esteja presente nesse dia, e eu precisava que...
75 Inclusive, a Fetagri, se quiser estar presente também, né? Vai ser
76 comunicado o dia que nós vamos estar lá, está certo, e... para saber das
77 agruras que estão acontecendo nas comarcas, nas regiões agrárias, de
78 forma que nós estamos aqui para cumprir a legislação. Algum juiz agrário
79 quer falar? Não? Então, eu pediria que quando alguém fosse se
80 manifestar, nós estamos com um funcionário aqui, ele levaria o microfone,
81 e quando a pessoa se levantasse, falasse o seu nome e qual é a entidade,
82 por favor, tá? Bom, isso aí é o que eu tenho do informe. **ITEM 2:** E nós
83 temos o Dia Nacional do Ouvidor, que foi celebrado ontem. Não sei por
84 que cargas d'água... Todos estavam convidados, não é? Todos. Nós
85 tivemos uma espécie de café da manhã aqui na Ouvidoria, mas só quem
86 esteve presente aqui com... foi o doutor... SRA. HERENA NEVES MAUÉS
87 CORRÊA DE MELO: Waldir. SR. LAÉRCIO ROSA JUNIOR: Waldir. SRA.
88 HERENA NEVES MAUÉS CORRÊA DE MELO: Waldir, Excelência. DES.
89 PRESIDENTE: Há? SR. LAÉRCIO ROSA JUNIOR: Waldir. SRA.
90 HERENA NEVES MAUÉS CORRÊA DE MELO: Dr. Waldir. DES.
91 PRESIDENTE: Dr. Waldir esteve aqui, a... Dr. Mazutti também esteve?
92 SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Não. DES. PRESIDENTE: Não esteve,
93 né? SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Infelizmente, não. DES.
94 PRESIDENTE: É. Dr. André estava também com 'justificada', mas foi uma
95 festa bonita, festa bonita, onde houve um conagraçamento com as pessoas
96 que aqui compareceram. Aqui fica o meu sincero aborrecimento com as
97 pessoas que não vieram, porque depois ficam cobrando, né, e não é bom
98 isso. Cobrar sem... e se ausentar é meio complicado, né? Então seria bom
99 que todos, quando nós tivermos alguma coisa aqui na Ouvidoria... Nós
100 temos um espaço maravilhoso. Os senhores estão vendo, o espaço aqui
101 é maravilhoso. Nós temos outras dependências aqui, que eu peguei

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 17/03/2023

102 inclusive a nossa nova aquisição, a doutora... SRA. ALESSANDRA:
103 Alessandra. DES. PRESIDENTE: Alessandra, né, e em seguida, quem
104 não conhecer as novas instalações, por favor, ela vai ser a cicerone após
105 a nossa reunião, né? Realização do Fórum Regional Permanente do
106 Ministério Público do estado do Pará com a sociedade para questões
107 agrárias e fundiárias no Xingu. Este aqui, este encontro, eu designei o Dr.
108 Antônio Vilar para que fizesse a nossa participação devido eu ter
109 compromissos assumidos aqui no desembargo. Então, Dr. Vilar, o senhor
110 está com a palavra. Por favor. SR. ANTÔNIO FERNANDO DE
111 CARVALHO VILAR: Bom dia. Sou Antônio, juiz da Vara Agrária de
112 Altamira. Estive presente na reunião do Ministério Público ontem, não até
113 o final, porque tive que me deslocar aqui para Altamira no começo... para
114 Belém no início da tarde, mas foi muito interessante, desembargador.
115 Percebo também... De repente, talvez a doutora do Ministério Público
116 possa se manifestar. Acredito que seja um programa regional, né,
117 doutora, que todas as promotorias agrárias promovem, né? SRA.
118 HERENA NEVES MAUÉS CORRÊA DE MELO: Após o senhor eu
119 gostaria de falar. SR. ANTÔNIO FERNANDO DE CARVALHO VILAR:
120 Sim, sim. Tá. Enfatizou muito a questão da alimentação e da educação,
121 né? E eu já havia notado também que durante os nossos atos judiciais,
122 cidades afora da região de Altamira, sempre havia essa preocupação do
123 Ministério Público em, após o encerramento do ato, se dirigir... fazer
124 reuniões com o secretário municipal, com diretores de escola, com
125 representantes de classes e entidades, visando discutir o assunto. Então
126 eu não sei, Dra. Herena, se todos os [ininteligível]... Não lembro qual foi o
127 assunto discutido ano passado, mas este ano eles enfatizaram... vocês
128 enfatizaram educação e alimentação no âmbito escolar. Não lembro qual
129 foi o assunto discutido ano passado, mas achei extremamente proveitosa
130 e interessante essa participação ativa do Ministério Público no interior das
131 comunidades, se fazendo presente, se fazendo representar e se fazendo
132 ouvir. Então, é muito importante na atuação das varas agrárias essa
133 participação ativa do Ministério Público. DES. PRESIDENTE: Ok.
134 Obrigado, Dr. Vilar. Agora com a palavra a Dra. Herena Maués, ela que
135 solicitou, não só anteriormente como agora, não é, para falar sobre o

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 17/03/2023

136 Fórum de Questões Agrárias e Fundiárias do Oeste do Pará. SRA.
137 HERENA NEVES MAUÉS CORRÊA DE MELO: Isso. DES.
138 PRESIDENTE: Com a palavra, Excelência. SRA. HERENA NEVES
139 MAUÉS CORRÊA DE MELO: Com licença. Bom dia a todos e todas. Eu
140 vou falar de pé para que vocês possam me enxergar. Obrigada, ouvidor.
141 Primeiramente, gostaria de parabenizá-lo pelo Dia Nacional do Ouvidor,
142 e mando, assim, sinceras desculpas pela impossibilidade de eu estar
143 presente, e o Dr. César Bechara Mattar ontem também falou comigo para
144 lhe parabenizar. Então, é um parabéns diretamente da Procuradoria-
145 Geral de Justiça. O Fórum de Questões Agrárias e Fundiárias, ele... são
146 fóruns regionais. Então o nosso sentimento, a nossa necessidade é
147 colocar em cada região agrária, em cada uma das cinco regiões agrárias.
148 Essa reunião que o senhor participou ontem foi a reunião de instalação
149 do Fórum de Questões Agrárias e Fundiárias do Xingu, que ainda não
150 havia sido instalado. É uma orientação geral da Procuradoria-Geral de
151 Justiça que está no nosso Plano Estratégico de Atuação Funcional. Então,
152 por exemplo, atualmente já estão instalados os fóruns de Redenção e
153 Marabá, que são conjuntos, que foi instalado por mim à época, quando
154 eu era promotora de Justiça Agrária em Redenção, e continuo com o
155 Fórum do Oeste do Pará, que foi instalado acho que há mais de três anos,
156 ou quatro anos, pela Dra. Ione, que é a nossa titular aqui na comissão,
157 nossa representante titular. E agora, com a minha remoção para
158 Santarém, eu continuo com as reuniões periódicas. E aí já deixo o convite
159 a todos. Pedi, solicitei para o Dr. Ouvidor para que eu pudesse fazer esse
160 informe, que essa reunião será feita on-line para que todos possam
161 participar, para que a gente possa ampliar democraticamente. Elas são
162 assim: um dia presencial, um dia on-line, porque eu ainda não consegui a
163 tecnologia lá para colocar híbrida, né, mas a nossa ideia é sempre deixar
164 híbrida. Então, dessa vez será on-line, e nós trataremos da temática
165 Agricultura, Meio Ambiente e Mudanças Climáticas. E vamos contar com
166 dois palestrantes de peso: um é a Dra. Marcela Vecchione, que é
167 professora doutora adjunta do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia,
168 bastante conhecida pelo seu trabalho na área de mudanças climáticas,
169 em relação ao mercado de crédito de carbono. Então ela vai dar

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 17/03/2023

170 bastante... muitas explicações sobre isso, porque é uma realidade que no
171 oeste do Pará nós estamos enfrentando agora, né, as dúvidas dos
172 trabalhadores, de trabalhadoras, sobre isso. E também com o Alexandre
173 Prado, que é o diretor de Mudanças Climáticas da WWF Brasil. São
174 visões diferentes, mas é a função do Ministério Público fazer essa
175 orientação de forma abrangente. Também contaremos com a palestra do
176 doutorando e mestre do Ineaf Carlos Ramos. Ele falará sobre casos de
177 Portel e Breves sobre créditos de carbono para ele fazer um comparativo
178 trazendo questões práticas, porque a gente sempre gosta de trazer
179 também algo que já aconteceu, alguma realidade. Então, esse vai ser o
180 nosso fórum no oeste do Pará. Ele será realizado dia 22 agora, essa
181 semana, na parte da tarde, de 14h30 até às 17h30. Eu vou... Se o ouvidor
182 permitir, eu posso colocar o link no nosso grupo da comissão para que,
183 quem quiser participar, esteja à vontade. Então, assim, muito obrigada
184 pela oportunidade. **ITEM 3:** DES. PRESIDENTE: Obrigado, Dra. Herena.
185 Então, vamos passar para o Item 3, né? É um ofício... Antes de iniciar
186 esse Item 3 da Pauta, eu queria informá-los que nós já estamos com a
187 nossa minuta pronta, desde dezembro, final de dezembro, nós estamos
188 com a minuta pronta para a composição da nova comissão, que irá
189 acrescentar mediação, né? Nós só temos uma comissão. [ininteligível] de
190 vir nas duas será muito difícil, às vezes, né? Então, nós vamos ter uma
191 comissão acrescentando a mediação. Já está pronta, só estou
192 dependendo, ainda estou dependendo, do encaminhamento da
193 Assembleia Legislativa do estado do Pará, e extraoficialmente eu já tenho
194 como titular... deve ser o deputado Bordalo, e ele não está presente hoje
195 aqui, não foi convocado, porque oficialmente nós não temos ainda
196 absolutamente nada. O presidente da Assembleia, por ter viajado, me
197 pediu: "Poxa, para a semana que vem eu darei". Porque se porventura
198 até semana que vem o Dr. Francisco... Chicão, né, presidente da
199 Assembleia, não encaminhar ou não... vai ficar sendo [ininteligível] da
200 Assembleia, né? Então, o terceiro ofício aqui é ofício da Comissão de
201 Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Alepa referente à denúncia
202 de desocupação voluntária... forçada da denominada comunidade
203 Pajuçara, localizada no bairro União, em Santarém, Pará. Este ofício foi





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 17/03/2023

204 encaminhado pelo deputado Carlos Bordalo, presidente da comissão, no
205 dia 16 de fevereiro. E trata-se de uma denúncia oferecida pelo deputado
206 estadual Dirceu Ten Caten relativa à desocupação forçada da área
207 denominada comunidade Pajuçara, localizada no bairro União, em
208 Santarém, a qual ocupa... era ocupada por 150 famílias, conforme
209 boletins de Ocorrência tais. Na 17ª Sessão Ordinária de Santarém,
210 encaminhou ofício ao delegado-geral de polícia, ao comandante-geral da
211 polícia também e da Polícia Civil solicitando conhecimento dos fatos e
212 adoção das medidas. Ambas as respostas foram encaminhadas a todos
213 os membros via e-mail. Os senhores receberam. Então, eu coloco em
214 discussão. Se existe algum fato novo que a gente possa discutir aqui,
215 fiquem à vontade. Quem está com a palavra? Quem queria a palavra? Se
216 ninguém... Pois não, doutora. Dra. Herena. SRA. HERENA NEVES
217 MAUÉS CORRÊA DE MELO: Então, essa-- DES. PRESIDENTE: Diga
218 seu nome, por favor. SRA. HERENA NEVES MAUÉS CORRÊA DE
219 MELO: Herena, gente. Acho que todos me conhecem, não? DES.
220 PRESIDENTE: É, mas não é a senhora em si, é o público de um modo
221 geral. Está sendo-- SRA. HERENA NEVES MAUÉS CORRÊA DE MELO:
222 Certo. Entendi. Ah, por que está sendo transmitido? DES. PRESIDENTE:
223 Está sendo transmitido. SRA. HERENA NEVES MAUÉS CORRÊA DE
224 MELO: Ah, não sabia, Excelência. [risos] SRA. HERENA NEVES MAUÉS
225 CORRÊA DE MELO: Bom dia novamente-- DES. PRESIDENTE: Por
226 exemplo, a senhora fica linda aqui no vídeo. SRA. HERENA NEVES
227 MAUÉS CORRÊA DE MELO: Ah, obrigada, ouvidor. [risos]. SRA.
228 HERENA NEVES MAUÉS CORRÊA DE MELO: Bom, vamos lá. Me
229 chamo Herena Melo, estou promotora de Justiça titular da Promotoria
230 Agrária do Oeste do Pará, né? E recebi, Excelência, o seu ofício, e eu
231 acho que a minha equipe respondeu apenas hoje pela manhã por algum
232 equívoco, porque já era para ter respondido. Esse bairro, ele fica... é um
233 bairro dentro da cidade de Santarém, então ele é cuidado pela Promotoria
234 de Meio Ambiente e Urbanismo. Como supostamente envolve questões
235 de Direitos Humanos, a 3ª Promotoria de Justiça de Santarém também
236 está com expediente autuado para investigação, que é a promotoria que
237 cuida de Direitos Humanos. Então, essa situação está sendo cuidada

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 17/03/2023

238 pelas duas promotorias, 13ª Promotoria de Meio Ambiente e Urbanismo
239 e 3ª Promotoria de Direitos Humanos. E aí eu fiz essa resposta e expliquei
240 que, por conta da nossa resolução do Ministério Público do estado, nós
241 não temos atribuição em áreas urbanas, e aí lhes justifiquei. Bom, é isso
242 que eu tinha a falar. Obrigada. DES. PRESIDENTE: Muito obrigado. Deixa
243 eu fazer um esclarecimento. Essa história de competência e jurisdição às
244 vezes me causa certa espécie, né? Vamos sintetizar o porquê de eu estar
245 falando isso. Me chegou a conhecimento uma situação que estava lá em
246 Bragança. Não sei se o Dr. André pertence a Bragança. Mas não chegou
247 ao senhor, não. Chegou aqui informando o seguinte: que uma certa
248 pessoa lá estava construindo, uma construtora lá, estava construindo e
249 estava desvirtuando o igarapé ou o rio que dá condições para a população
250 de Bragança beber, fazer o que tem que ser feito. Veja bem, aí eu me
251 preocupei com isso, conversei com a Dra. Ione, a Dra. Ione esteve em
252 Bragança, e a princípio foram tomadas as providências com a promotora
253 de lá, e eu não sei como ficou o caso. Mas que a coisa... foram tomadas
254 as providências devidas, foi. Eu pediria à Dra. Herena, que a senhora é
255 uma pessoa diligente, pessoa que efetivamente trabalha pelo Ministério
256 Público e trabalha não só [ininteligível] como pelo meio ambiente, e assim
257 como pelo ser humano. SRA. HERENA NEVES MAUÉS CORRÊA DE
258 MELO: Sim. DES. PRESIDENTE: E pedir(F) esforços mais junto à sua
259 colega-- SRA. HERENA NEVES MAUÉS CORRÊA DE MELO: Sim. DES.
260 PRESIDENTE: Para que dê uma satisfação melhor aqui para a nossa
261 comissão, e também para nós chegarmos e mandarmos alguma coisa...
262 Não é para o deputado Bordalo, mas sim para a Comissão de Direitos
263 Humanos, porque, queiramos ou não, chegou essa denúncia e nós não
264 temos absolutamente nada para encaminhar a eles até o momento, a não
265 ser as providências que nós tomamos, que foi encaminhamento da Polícia
266 Civil, Militar... Foi para a federal também? DES. PRESIDENTE: Devia ter
267 ido, né? Que, às vezes, a federal quer se imiscuir de alguma coisa, mas
268 não, nesse caso aí não, né? Tem o Direitos Humanos aqui, então nós
269 temos que... Mais alguém quer se manifestar quanto ao aspecto? SRA.
270 HERENA NEVES MAUÉS CORRÊA DE MELO: Pode contar com o meu
271 compromisso, ouvidor. Conte com o meu compromisso, que eu irei

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 17/03/2023

272 conversar com as colegas. Com certeza elas já têm alguma resolução,
273 tá? DES. PRESIDENTE: Muito obrigado. Muito obrigado. Acabei de falar
274 em vosso nome aqui, viu? SRA. IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA:
275 Desculpe o meu atraso. **ITEM 4:** DES. PRESIDENTE: Nada, o que é isso,
276 doutora. Bom, aqui nós temos aqui no que ocorrer, né? Ah, não, aqui é a
277 listagem. Vê bem, o Item 4 aqui, nós temos uma listagem aqui na
278 Ouvidoria das ações possessórias que possuem decisões liminares ou
279 sentenças de reintegração de posse, manutenção ou emissão na posse
280 pendente de cumprimento. Aí conforme deliberado pelo presidente na
281 última reunião da comissão, foram encaminhados ofícios aos juízes
282 agrários solicitando informações sobre os processos com decisões acima
283 já pré-falados. Todos os magistrados responderam. Ao total, são 72
284 processos com liminar sentença pendente de cumprimento, sendo 12 de
285 Castanhal; Redenção, 11; 18 de Santarém; Marabá, 28; e Altamira, três.
286 Com a palavra os juízes agrários, que é esse número realmente que foi
287 mandado? É, Dr. André? SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Bom,
288 Amarildo Mazutti, juiz da Vara Agrária de Marabá. Bom, esse número é
289 um número correto, 28. Só queria esclarecer que não... Essas liminares
290 aí, são 28, não estão incluídas as novas liminares, porque, pela decisão
291 do ministro Barroso, lá do STF, são as liminares até 31 de março de 2021.
292 As de, como diz Odorico Paraguaçu, para 'frentemente', para
293 'frentemente', são... não se aplica a essa comissão. Então, as outras
294 liminares, já tem umas sete ou oito em Tucuruí, no lago de Tucuruí está
295 dando problema, as outras eu estou cumprindo do mesmo jeito como eu
296 cumpria antigamente, ou seja, com algumas peculiaridades, que eu até
297 gosto de esclarecer aqui. É audiência de desocupação. Até, inclusive, a
298 Ouvidoria já participou de algumas audiências dessas, o Dr. André já nos
299 deu a honra de representar a Ouvidoria, que nós convocamos todas as
300 entidades nessas audiências de ocupação. Até foi incluído como boa
301 prática no tribunal, que a gente chama todo mundo: chama Direitos
302 Humanos da Assembleia, da presidência da República, todas as
303 entidades para participar, para nos auxiliar para poder fazer as ocupações
304 com redução de danos, né, de danos e conflitos. Bom, só que daí essas
305 liminares aí são antigas, então são de até 31 de março. Só que surgiu um

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 17/03/2023

306 outro problema, que é uma questão que eu acho que o Tribunal de Justiça
307 vai ter que enfrentar. Eu já estou falando aqui porque é uma coisa... Tem
308 algumas ocupações que começaram antes, são ocupações de sete, oito
309 anos que saiu a sentença agora, depois da decisão do ministro Barroso.
310 E está sendo questionado, está sendo questionado pelos advogados, o
311 ponto do seguinte: bom, essas liminares não estavam suspensas na
312 pandemia, elas saíram agora, só que a ocupação é antiga. Então eu já
313 tenho me posicionado, que eu aplico igual ao mesmo procedimento
314 baseado na data da ocupação, porque... para redução de... Porque o
315 objetivo, segundo o entendimento lá, seria que a ocupação é antiga, então
316 a gente tem que tentar minimizar danos, que a comissão acho que vai nos
317 auxiliar nisso. Então foi esse o posicionamento. Agora, vai depender do
318 tribunal, porque eles, os advogados, já estão recorrendo dessa decisão,
319 porque eles alegam que não se aplica essa decisão do ministro Barroso,
320 porque, na verdade, assim... Porque aí eu estou por cautela também
321 aplicando. Então tem mais algumas liminares lá para cumprimento, mas
322 não estão incluídas nessa lista para a comissão. Se bem que também nós
323 vamos aplicar nesses processos também aquela resolução de Direitos
324 Humanos de 2018, né, que a gente sempre aplica no que couber, e
325 também esses procedimentos aí vamos chamar a comissão, vamos
326 chamar a Ouvidoria e as entidades para tentar fazer esse... com o menor
327 número possível de danos, tentar minimizar danos. Obrigado. DES.
328 PRESIDENTE: Muito obrigado. Doutor. SR. ANTÔNIO FERNANDO DE
329 CARVALHO VILAR: Antônio Vilar, juiz da Vara Agrária de Altamira. Na
330 lista foram indicadas três reintegrações. Na verdade, são quatro. Eu até
331 trouxe anotado. Dr. André talvez vá se recordar de alguns deles por ter
332 atuado lá por algum tempo. É com o caso da Eletronorte lá de Anapu, que
333 acho que dificilmente a liminar será cumprida porque foi construído todo
334 o linhão de transmissão-- DES. PRESIDENTE: Eu preferia que o senhor
335 só desse os números. SR. ANTÔNIO FERNANDO DE CARVALHO
336 VILAR: Só os números? DES. PRESIDENTE: Depois a gente continua,
337 tá? SR. ANTÔNIO FERNANDO DE CARVALHO VILAR: Tá. É, os
338 números, então, são quatro processos. Estamos aguardando a formação
339 da comissão para proceder as desocupações, caso seja necessário, né?

10





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 17/03/2023

340 Então, é isso. DES. PRESIDENTE: Dr. André. SR. ANDRÉ LUIZ FILO-
341 CREÃO GARCIA DA FONSECA: Bom dia. Sou André Filo-Creão, juiz da
342 Vara Agrária da região de Castanhal. Nós encaminhamos a lista,
343 conforme solicitado aqui pelo nosso ouvidor. A lista, de fato, contém esses
344 12 processos, e nós vamos dar cumprimento, desembargador, ao que foi
345 determinado pelo ministro Barroso na ADPF 828. Assim nós estamos
346 procedendo nos processos em que a Vara Agrária é responsável, Vara
347 Agrária da região de Castanhal. DES. PRESIDENTE: Mais alguém quer
348 se manifestar quanto a esse aspecto? SRA. ANDRÉIA MACEDO
349 BARRETO: Bom dia. Andréia Barreto, defensora pública agrária de
350 Castanhal. A Defensoria tem atuado em dois núcleos especializados com
351 relação às remoções: o Núcleo da Moradia, que trata das remoções no
352 âmbito urbano, e o nosso núcleo, que hoje eu coordeno, no âmbito rural.
353 A gente fez um levantamento, doutor, inclusive cruzando várias
354 informações de organizações, como a Fetagri, a CPT e mais o tribunal, e
355 eu chequei que aquela... uma primeira lista do Tribunal de Justiça,
356 inclusive da Ouvidoria, que fez um trabalho muito bom, incluía várias...
357 não só as remoções... as reintegrações, desculpa, das varas agrárias,
358 mas também de outras varas. Nessa relação anterior, nós identificamos...
359 nós fizemos um trabalho de checagem de todos esses processos, porque
360 a gente sabe que têm muitos processos que tramitam nas varas cíveis,
361 mas que são de competência da Vara Agrária. Neste processo de
362 liminares que não são sentenciados, nós fizemos um trabalho de
363 peticionamento, enfim, de deslocamento da competência da Vara Agrária.
364 Então, isso foi muito importante para a gente, porque são muitos
365 processos, as varas... não sei qual é o critério que tem para fazer o
366 levantamento, eu sei que isso dá um trabalhinho também para fazer
367 relatórios e tudo, mas o que eu queria solicitar, com base nas informações
368 que já foram prestadas, e ver a possibilidade, Dr. Mairton, é de a gente
369 ampliar inclusive, porque eu sei que na região agrária de Castanhal nós
370 temos muitas ações que tramitam nas varas cíveis que envolvem
371 competência... Inclusive, peguei mais um processo agora com decisão do
372 tribunal fixando a competência para a Vara Agrária. Então eu não sei se
373 seria possível a gente ampliar não só dos processos que estão

11





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 17/03/2023

374 abrangidos pela ADPF 828, mas ampliar para as outras varas das
375 reintegrações, sejam elas... principalmente as ações de reintegração
376 liminares, porque as liminares, elas estão na fase inicial. De sentença
377 também, mas para ampliar de modo que a gente faça esse trabalho
378 conjunto, já que a comissão também é constituída por várias instituições,
379 e essas instituições têm frentes diferentes, né, e eu acho que elas podem
380 contribuir aí com a proteção dos Direitos Humanos, já que envolve
381 reintegração. Era isso. Bom dia. DES. PRESIDENTE: Muito obrigado.
382 Mas alguém quer se manifestar? SR. MARIO ALFREDO SOUZA
383 SOLANO: Mario Solano, representando a Federação de Agricultura e
384 Pecuária do Pará, Faepa. Bom dia, Sr. Desembargador, bom dia a todos.
385 Sobre essa questão, realmente, primeiro informar a preocupação da
386 federação. São 72 reintegrações a serem cumpridas, e, por experiência
387 própria, nós temos um óbice nesse processo. Cumprir a partir de agora
388 72 reintegrações... Primeira pergunta que nós como federação temos é
389 para o próprio estado: se todas essas 72 reintegrações para serem
390 cumpridas dependerem de força pública para cumprir, eu não sei se o
391 estado vai ter orçamento para cumprir esse ano, e isso vai
392 potencializando muitas coisas. Primeiro, o sentimento de pertencimento
393 daqueles que lá se encontram, porque o processo já aguardou aí... só da
394 pandemia são dois anos, fora o tempo de tramitação. Então isso é
395 preocupante, porque todos nós sabemos que quem está lá, ou quem
396 estava, que perdeu sua área durante todo esse período, tem um prejuízo
397 que muitas vezes é imensurável. Então, quanto mais tempo passa, mais
398 potencializa-se a questão do pertencimento, e o que é pior: se dá para
399 sair com dez policiais, lá na frente, com mais de cem, e aí começa a ficar
400 tudo muito mais caro, tudo muito mais difícil, e aí o próprio estado vai
401 começar a responder: "Ó, não tem orçamento para isso". Eu já vivi isso
402 na pele, eu estou informando, porque isso aí não é novidade nenhuma.
403 Então fica essa preocupação da federação nesse sentido. Um outro
404 sentido que na reunião pretérita e especial que nós não tivemos
405 oportunidade de externar é que nós coadunamos, Dr. Mazutti, com a sua
406 posição, apesar de nós sabermos que a ADPF 828 do DF, do ministro
407 Barroso, tem sentido impositivo, mas obviamente... E nós entendemos a

12





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 17/03/2023

408 posição do ministro, obviamente a gente está falando de questão
409 nacional, e não pontual, não é o Pará, mas nós entendemos que no Pará
410 nós temos muita coisa de exemplo para passar para o ministro e para a
411 Corte. E um dos grandes exemplos que nós temos é esta Ouvidoria, são
412 as varas agrárias, é o Ministério Público nas suas áreas agrárias,
413 Defensoria Pública etc., e que têm uma expertise de mais de 20 anos
414 nessa área. Então, o que o ministro está recomendando, por exemplo, na
415 questão de comissão acompanhar... Volto a dizer: eu entendo e
416 acompanho a posição que o Dr. Mazutti externou na sexta-feira passada
417 no que se refere a: teremos condições de acompanhar dos mais diversos
418 rincões, as audiências e os encaminhamentos das varas agrárias? Óbvio
419 que não. Imagina a dificuldade da comissão aqui da Ouvidoria
420 acompanhar, fazer a visita só nas varas agrárias. Esse estado é um
421 estado continental, e os custos hoje, passagem etc., estão altíssimos.
422 Então, depende muito dessas questões de orçamento também, que
423 muitas vezes não está previsto. Então, nesse sentido nós solicitamos
424 aqui, desembargador, a sensibilidade de que, se fosse o caso, orientado
425 ou encaminhado, porque a gente não tem conhecimento da expertise que
426 os senhores têm, da solução que os senhores encontraram, de
427 encaminhar e pacificar os antagônicos nesses litígios. Quantas
428 reintegrações foram cumpridas sem necessidade de força pública e os
429 senhores, agora mesmo ouvir falar, os senhores realmente já praticam a
430 audiência para conciliar, para dar o encaminhamento, sem necessidade
431 de se utilizar força pública. E agora faço uma ressalva aqui. Apesar
432 dessas reuniões, da participação pública, que é aberto às autoridades,
433 não só às partes, mas dali daquela reunião, se mesmo assim não quer
434 obedecer a ordem da Justiça, e aí é necessário que o magistrado tenha
435 que solicitar força pública, tem coisa errada, muito errada, nisso aí, porque
436 são pessoas que, além de abusar e descumprir o art. 5º da Constituição,
437 ainda, mesmo sabendo que estão erradas, que já tem uma decisão
438 encaminhada pela Justiça, descumprem essa decisão, e precisam ser
439 responsabilizadas também por isso. Eram essas as considerações. Muito
440 obrigado. DES. PRESIDENTE: Muito obrigado, doutor. Mais alguém quer
441 se manifestar com avanço? SRA. IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA

13





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 17/03/2023

442 [ininteligível]. Bom dia novamente a todas e todos. DES. PRESIDENTE:
443 Diga o seu nome e o órgão que representa, por favor. SRA. IONE MISSAE
444 DA SILVA NAKAMURA: Meu nome é Ione Nakamura, represento o
445 Ministério Público do estado do Pará. Cumprimentar Vossa Excelência,
446 desembargador, homenageá-lo, e todo o meu reconhecimento pelo
447 trabalho da Ouvidoria, e, na sua pessoa também, o reconhecimento de
448 quem está à frente, conduzindo esse trabalho com muita dedicação, com
449 muita presteza. Então, rendo minhas homenagens a Vossa Excelência e
450 também a todos os membros que compõe aqui a nossa comissão. Esse
451 tema é um tema muito importante e que, de fato, nós temos acompanhado
452 algumas dificuldades, porque, para além dessas 72 liminares que
453 precisam ser cumpridas, nós precisamos encarar o fato de que nós temos
454 um problema social e que muitas das vezes é colocada na costa do Poder
455 Judiciário e dos juízes, que têm o dever de julgar o processo, a
456 responsabilidade que não... muitas das vezes ultrapassa as forças do
457 processo. Então, muitas vezes nós temos liminares de posse, de
458 reintegração de posse, mas a efetividade do ordenamento, da destinação
459 da terra, às vezes não está na mão do Judiciário resolver. Então eu
460 penso... e pela experiência, nós temos algumas liminares que são
461 cumpridas em um dia e no outro dia o problema só mudou de lugar, e aí
462 é um novo processo, uma nova situação que vai se postergando. Então,
463 penso que a Ouvidoria, a nossa comissão, pode contribuir, sim, não só
464 para os nossos casos, mas, até pela experiência que temos, no âmbito
465 nacional por meio das boas práticas que já existem. Eu acho que isso
466 precisaria ter um registro, uma cartilha. Eu não sei se nós conjuntamente
467 poderíamos relatar as nossas experiências. Me lembro muito bem, Dr.
468 André, de uma audiência que fizemos ainda em Alenquer - lembra? -, foi
469 um dia todo de reuniões na Câmara de Vereadores, assim como acredito
470 que o Dr. Mazutti também faz, conversando com um lado, conversando
471 com o outro, fizemos uma reintegração de posse em uma sentença que
472 já estava transitada em julgado, mas, conversando com as partes, não
473 houve necessidade de força policial, embora ela estava lá à disposição
474 do estado para fazer o cumprimento. Acredito que da mesma forma Dr.
475 Mazutti, assim como os demais juízes, tem envidado todos os esforços

14





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 17/03/2023

476 por meio de audiências, reuniões, assim como a Defensoria Pública, o
477 Ministério Público, chamando outros atores, principalmente o município,
478 os próprios órgãos fundiários, para buscar uma solução mais definitiva.
479 Então, penso que essas boas práticas precisam ser registradas até para
480 que a gente possa também compartilhar essa experiência com outros
481 estados, penso que é importante a comissão firmar entendimento de que
482 nós precisamos cumprir, levar em consideração, observar a Resolução
483 10/2018 do Conselho Nacional de Direitos Humanos, acho que até tem
484 decisões inclusive do Tribunal de Justiça do estado do Pará confirmando
485 a necessidade de observar essas orientações, penso que... concordo com
486 a Dra. Andréia, nós temos uma dificuldade muito grande com decisões ou
487 processos que estão correndo nas varas cíveis comuns dos municípios,
488 mas que tratam, na verdade, de conflitos coletivos pela posse e
489 propriedade da terra, então deveriam estar sendo acompanhadas pelas
490 varas agrárias, e penso que, para além das da comissão e das audiências
491 que os juízes já conduzem, nós precisávamos ter uma retaguarda, que eu
492 acho que a experiência do Dr. Mazutti, assim como a do Dr. André, nos
493 mostra que esse seria um bom caminho. Qual seria essa retaguarda? Que
494 nessas reuniões, nessas audiências, nós pudéssemos chamar os
495 municípios, o Iterpa, o Incra, e dizer: "Olha, a decisão é de reintegração
496 de posse, mas alguém aqui tem que dizer como é que está o processo
497 administrativo. Incra, e aí, vai destinar área ou não vai? Vai desapropriar
498 área ou não vai?", porque as pessoas também precisam definir a sua vida
499 ali, porque senão ela vai sair daquele lugar e ela vai para o outro ou então
500 ela volta e a gente continua com o mesmo problema social. Então, para
501 além do problema da decisão, do cumprimento da decisão, eu penso que
502 a gente pode criar ou fortalecer estratégias para enfrentar o problema real,
503 o problema de fundo, que é o problema social do ordenamento territorial.
504 Então, no que que essa comissão deliberar nesse sentido, eu também
505 gostaria de colocar o Ministério Público à disposição para pensarmos
506 juntos e buscarmos alternativas concretas para o problema do
507 ordenamento territorial do Pará. Obrigada. DES. PRESIDENTE: Muito
508 obrigado. Doutor... Doutora, quer falar? Primeiro, o Dr. Solano, ele quem
509 deseja falar. Só um minutinho, já... vamos já falar. Com a palavra, doutor.

15





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 17/03/2023

510 Dr. Solano, por favor. SRA. HERENA NEVES MAUÉS CORRÊA DE
511 MELO: [pronunciamento fora do microfone]. SR. MARIO ALFREDO
512 SOUZA SOLANO: Se o senhor me permitir, desembargador, primeiro as
513 damas sempre. Por favor. SRA. HERENA NEVES MAUÉS CORRÊA DE
514 MELO: Ai, obrigada. É porque é só em complemento ao que a Dra. Ione
515 muito bem colocou... Obrigada, coronel Solano. Só em complemento ao
516 que ela colocou, gostaria até de trazer um exemplo prático. Por exemplo,
517 o juiz de Santarém, o Dr. Manuel... O que nós fazemos? Todas as vezes
518 que a gente tem alguma dúvida forte sobre... se é... se na possessória, se
519 se trata de alguém que é um beneficiário da reforma agrária ou se aquela
520 área de fato se trata de um projeto de assentamento, o Dr. Manuel, ele
521 aceita as nossas manifestações de sempre chamar o Incra. Então, nós
522 temos várias intervenções anômalas do Incra, e também do Iterpa... Que
523 ele diz até que é uma intervenção anômala, mas para que a situação, de
524 fato, como a Dra. Ione bem colocou, social seja resolvida, para a gente
525 saber: "Olha, não, quem está ali, quem estava na posse, ou quem está na
526 posse, ou quem não está na posse", porque, infelizmente, a gente verifica
527 que até pessoas de uma mesma... que até ambos são beneficiários, mas
528 não são beneficiários dentro daquele assentamento. Elas estão brigando
529 pela posse, elas estão ali naquele conflito. Então, assim, a gente sempre
530 tenta solucionar da melhor forma, e sempre na mediação. Então, eu acho
531 importantíssimo isso que a Dra. Ione colocou, e só, assim, avalizo o
532 Ministério Público como um agente dessa transformação para a gente
533 sentar e conversar, que eu acho que é o melhor caminho. Obrigada,
534 coronel. DES. PRESIDENTE: Muito obrigado. Dr. Solano. SR. MARIO
535 ALFREDO SOUZA SOLANO: Obrigado. Dra. Ione, eu só queria lembrar
536 sobre a Lei 8.629, lei federal, referente ao Incra, e não vamos esquecer
537 que lá proíbe qualquer cessão de lote para reforma agrária de quem está
538 envolvido em crimes, e especificamente de invasão de propriedade.
539 Então, é bom registrar isso, porque quem cometeu ilícito não tem como
540 ser encaminhado para receber lote de reforma agrária, porque está
541 cometendo crime. Está previsto em lei. Obrigado. DES. PRESIDENTE:
542 Bom, mais alguém quer se manifestar? Não? Deixa eu, então, fazer
543 algumas... Ah, o senhor, por exemplo, da Fetagri. Por favor. SR. JOÃO

16





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 17/03/2023

544 DE JESUS: Bom dia. João, Fetagri Pará. Então, acho que é do
545 conhecimento de todos nós... Primeiro, Dr. Mairton, parabenizar aí, ontem
546 acho que... E para nós da federação esse espaço tem sido fundamental
547 para que a gente possa, de fato, construir esse diálogo em todas as ações
548 que tratam a questão agrária aqui no Pará. Nós também já fizemos a
549 nossa manifestação, enquanto federação, para o tribunal, discutimos já,
550 encaminhamos documentos também com a mesma preocupação, que é
551 a pacificação. Nós entendemos que a partir... E Dr. Mairton chegou a ter
552 colocado a grande preocupação dele inclusive com o número de
553 reintegração que a gente tem. Nós também estamos preocupados com
554 isso. São 72, mas há inúmeras que vão acontecer imediatamente a
555 partir... Eu acho que quando se instala comissão, essas outras demandas
556 virão. Então, acho que aqui tem uma sugestão importante de que seja...
557 E eu acho que nas várias que a gente tem hoje pelo estado, talvez seja
558 um espaço, juntamente com o Ministério Público, que a gente possa
559 realizar essas reuniões de conciliações. Tem o problema? Tem. Então,
560 vamos chamar as partes para que a gente possa a partir daí... E nós
561 temos feito... sempre fizemos isso, sempre nos colocamos, também, à
562 disposição, e estamos acompanhando muito de perto o processo da
563 instalação da comissão, que a gente acha que também vai ser uma peça
564 importante para esse debate, para esse diálogo. Era isso, doutor.
565 Obrigado. DES. PRESIDENTE: Muito obrigado. Mais alguém quer se
566 manifestar? Pois não. Você é de onde? SR. JESUS GONÇALVES: Bom
567 dia. DES. PRESIDENTE: Bom dia. SR. JESUS GONÇALVES: Eu sou
568 Jesus Gonçalves, sou representante da Sociedade Paraense de Defesa
569 de Direitos Humanos. Então, eu gostaria, na verdade, como parte da
570 Sociedade Paraense de Defesa de Direitos Humanos, manifestar
571 preocupação com a manifestação ainda há pouco aqui apresentada,
572 porque entendemos que... Primeiramente, não estamos aqui para julgar
573 as pessoas, se são criminosas ou não, dentro... Isso já foi feito nas
574 liminares. O direito de posse ou de propriedade já foi julgado. Então, se
575 há qualquer crime sendo cometido, aí já vamos para a esfera do Direito
576 Penal. E nós estamos aqui em uma comissão, inclusive, que dá nome a
577 uma prática conhecida que também é criminosa nesse estado, que é a

17





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 17/03/2023

578 grilagem. E a maioria dessas áreas normalmente estão sob judice de
579 propriedade, normalmente são áreas da... As áreas que nós costumamos
580 acompanhar são áreas de propriedade da União ou da propriedade do
581 estado que também são ocupadas e utilizadas indevidamente, e há um
582 conflito nessa situação. Então, assim, todas as vezes que nós nos
583 manifestamos nos processos, devemos entender não somente o direito
584 na reintegração quando... na liminar concedida, mas também devemos
585 atentar para os Direitos Humanos, e ao que foi manifestado aqui pela Dra.
586 Ione, pela Dra. Herena, atender a CNDH 10 e levar muito em
587 consideração que, na verdade, nós sempre estamos, há anos, fazendo a
588 mesma coisa: modificando o local de conflito. Nós estamos há anos em
589 cumprimento de liminares somente modificando o local de conflito, porque
590 as pessoas que estão ali, elas não desaparecem, elas vão estar em outra
591 área, e muitas vezes os Srs. Juízes são conhecedores que elas retornam
592 no outro dia para a mesma área. Então, assim, há um cumprimento de
593 liminar, dois dias depois a mesma área está ocupada. Então, se nós não
594 trabalharmos o problema na fonte dele, nós vamos estar... daqui a 20
595 anos, 30 anos, outras pessoas estarão nessas mesmas comissões
596 fazendo... dando cumprimento à mesma situação, às mesmas liminares,
597 mas sem resolver o problema. E o problema, ele é resolvido com os
598 órgãos de terras, com o Incra e com o Iterpa. Então nós devemos também
599 chamar esses órgãos sempre para que consigam resolver conosco o
600 problema, senão a gente vai continuar aqui como... no *loop* eterno de
601 sempre dar cumprimento de liminar e continuar novos processos, novos
602 processos, novos processos e novos conflitos. E também reiterar o pedido
603 feito pela Dra. Ione sobre as áreas que estão... Nós temos processos que
604 nós acompanhamos que são conflitos agrários, conflitos coletivos, e que
605 estão em tramitação nas varas cíveis. Por exemplo, uma emissão na
606 posse, que está uma situação muito conflituosa aqui na Vara Cível de
607 Benevides, então, que a gente tem tentado levar para a Vara Agrária de
608 Castanhal por ser um conflito coletivo que envolve inclusive mais de mil
609 famílias. Então esse é um problema sério, porque não tem... Até mesmo
610 a forma de atuação na Vara Cível, a forma de tramitação e de
611 compreensão do conflito, é muito distante de como as varas agrárias têm

18





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 17/03/2023

612 costume de trabalhar, têm... já tem um entendimento completamente
613 diferente. Então, esse cumprimento dessas liminares também pelas varas
614 cíveis é uma preocupação para a Sociedade Paraense de Defesa de
615 Direitos Humanos. Obrigado. DES. PRESIDENTE: Muito obrigado. Mais
616 alguém quer se manifestar? Hein, doutora, meus parabéns por ter
617 chegado agora, tá? SRA. MYRZA TANDAYA: Desculpa, desculpa. [risos]
618 DES. PRESIDENTE: Bom, mais alguém quer se manifestar? Acontece
619 que eu queria fazer alguns esclarecimentos em relação aos juízes
620 agrários, está certo? Mas antes falarei sobre o pedido da Dra. Andréia.
621 Por sinal, não veio em boa hora, não. Ele veio já atrasado em relação a
622 nós aqui, tendo em vista que desde quando assumi, eu aproveitei um
623 anteprojeto até do Dr. André Filo-Creão para que nós fôssemos...
624 estendêssemos a nossa atuação, enquanto Ouvidoria Agrária, para
625 Ouvidoria Fundiária, que abrangeria também área urbana, ou seja, o
626 coletivo da área urbana. Entretanto, até o momento ainda não foi levado
627 em consideração pelo Tribunal de Justiça, que ainda tem aquelas séries
628 de situações que tem que ser criada lei. Revogação de lei depende
629 também do nosso Legislativo. Esse é um aspecto que nós temos que
630 falar. Mas está sendo providenciado isso, viu, doutora? Desde 2019, se
631 não me falha a memória, desde quando eu assumi. Mas me preocupa
632 quando... Todos aqui falam em relação a conflitos coletivos agrários, né,
633 que estão em varas comuns. Me preocupa isso. Por que me preocupa?
634 Primeiro, o aspecto jurídico. Nós temos que olhar o aspecto jurídico para
635 depois olharmos o social, o humano, né? Por exemplo, nós temos uma
636 defensora pública ferrenha, né, Dra. Andréia? Dra. Andréia é ferrenha.
637 Nós temos também-- DES. PRESIDENTE: Ministério Público, através da
638 Dra. Herena, nós temos Dra. Ione, né, e outros e outros promotores e
639 outros defensores públicos são terrenos nisso. Vejam bem, gente, aqui o
640 problema é processual, tá? Se existem situações nesse estilo... Existe em
641 Direito uma coisa chamada preliminar, né? Preliminar, o que é que
642 significa dizer? Que a Associação de Direitos Humanos, através de seus
643 profissionais do Direito, coloca um juiz da vara onde está tramitando um
644 coletivo agrário, não é... Por enquanto, nós não estamos ainda com o
645 urbano. Nós inventamos aquele... O Dr. André inventou que seria

19





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 17/03/2023

646 fundiário, urbano e agrário. Ou seja, fundir os dois, né? Que ele usou um
647 termo bonito até, né, fundiário. Então, veja bem, existe esse tipo de
648 preliminar. Então, por que os advogados... E fiquem certos de uma coisa:
649 o magistrado, ou magistrada, que for olhar está doído para se livrar
650 daquele processo. Podem ficar certos disso. Mesmo porque é um conflito,
651 e conflito às vezes que perturba, às vezes dá até com que as pessoas
652 invadam o fórum e coisa parecida. Então, o que está faltando, vejo eu, tá,
653 na minha experiência de vida, o que está faltando efetivamente é o
654 profissional do Direito chamar a atenção do magistrado. Caso o
655 magistrado chegue e diga: "Não, eu sou competente", não tem problema,
656 o tribunal está aí para resolver o caso. E podem ficar certos disso, quando
657 chegar no tribunal é resolvido. Digo isso porque eu pertencço ao tribunal.
658 Feito esse esclarecimento, eu quero também ver em relação às
659 situações... posses antigas, liminares antigas, sentenças antigas. Fiquem
660 certos de uma coisa: os nossos juizes agrários, está certo, todos eles,
661 todos eles, se algum... se alguém tiver ao contrário, é só me dizer que tem
662 aqui... eu estou com três aqui, certo? Três aqui é maioria, né? DES.
663 PRESIDENTE: Eles estão preparados, preparadíssimos, para fazer esta
664 audiência, e fazem esta audiência de conciliação. Dr. Barroso, o que ele
665 fez agora foi simplesmente copiar o que o nosso juiz agrário já faz.
666 Tentam, tentam conciliar. Quando não conseguem, infelizmente, aí parte
667 para o despejo compulsório, mas antes, antes, vejam bem... Não sei se
668 alguém... a Dra. Andréia está aqui, a Dra. Herena está aqui, a Dra. Ione
669 está aqui, os doutores estão aqui, sabemos o que? Que quando há
670 necessidade de fazer qualquer espécie de contribuição, despejo
671 compulsório, antes os magistrados reúnem para saber se conciliam,
672 mesmo com decisão, com sentença, com isso e com aquilo... Agora, o
673 que não pode acontecer é ele também: "Não, temos que procurar o
674 prefeito". Olha, eu tenho conhecimento, viu, Dra. Ione, que prefeito e os
675 vereadores em um certo município aí são ocupantes de terra. Aí como é
676 que o juiz agrário vai pedir alguma coisa para essas pessoas? SRA. IONE
677 MISSAE DA SILVA NAKAMURA: Mas com a institucionalidade do
678 município. DES. PRESIDENTE: Sim, sim, institucionalidade do município,
679 mas eles próprios são pessoas que praticam o 'inlícito'. Essa que é a

20





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 17/03/2023

680 verdade. Praticam o 'inlícito' e querem ficar nessa impunidade. Não é... É
681 complicado isso. E quem tem essa história, se os senhores quiserem
682 saber qual é o município, os senhores podem conversar com o Dr.
683 Amarildo. Dr. Amarildo, se não me falha a memória, tem dois casos, não
684 é só um, não. Só sei dois. Um é de um município assim, outro, município
685 tal. Mas isso é com o senhor, está certo? Então, vejam bem, os juízes
686 agrários... E eu aqui faço a defesa deles, está certo? Por quê? Porque eu
687 oriento, eu oriento, e a orientação eles estão cumprindo diretamente, mas
688 agora que o Dr. Ministro Barroso nos copiou. Que bom que tenha copiado,
689 certo, só que por muito tempo ele foi levando isso, levando isso e criou
690 umas certas situações que agora... às vezes, fica inviabilizado. Nós temos
691 que refazer todo o processo conciliatório. Para isso, eu estou me reunindo
692 com os nossos juízes agrários, a fim de que o estado, viu, Dr. Solano, o
693 estado não seja pego de surpresa. Mas se for para desocupar, desocupa,
694 né? Isso aí... Eu tenho a minha convicção em relação a isso. Agora, tem
695 que também desocupar com toda a propriedade possível para que o ser
696 humano seja respeitado. Isso que eu não abro mão. Acho que nenhum
697 de nós aqui abriria mão disso. Nós estamos muito preocupados, viu,
698 doutora, doutor, com o ser humano. E eu estou também... Agora estava
699 falando, viu, doutora, estou... Eu irei me reunir com os juízes agrários,
700 vamos fazer uma sequência de visitas, eu pessoalmente, onde eu estou
701 pedindo a eles que nós façamos uma... Quando lá estiver no município,
702 farei uma Audiência Pública, onde poderá chamar todo mundo, todo
703 mundo. Vamos escolher. Onde é que vai ser? Na Câmara Municipal?
704 Vamos fazer lá. Vai ser no Tribunal do Júri, onde houver? Vamos fazer lá,
705 de a forma que todos os componentes do agrarismos estejam presentes.
706 Defensores públicos, Ministério Público, todos nós, para nós falarmos a
707 mesma língua. Nós não podemos falar duas línguas ao mesmo tempo,
708 né? A Fetagri também deve se fazer presente. Muitas das vezes, por
709 exemplo, a gente cobra presenças... Por exemplo, agora eu perguntei
710 aqui ao secretário por que o Incra não está presente, por que o Iterpa não
711 está presente. Quer dizer, eles... Todo mundo fala: "Não, porque tem que
712 ir para o Incra, tem que ir para o Iterpa". Será? Será? Será que são órgãos
713 efetivamente que têm aquela estrutura necessária para abranger? O

21

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 17/03/2023

714 Iterpa hoje talvez. O Incra não, o Incra não tem. O Incra não tem, e eu
715 venho batendo isso, batendo isso. Eu não sei por que cargas d'água... E
716 a próxima reunião nossa que o Incra não estiver presente, eu irei tomar
717 as providências devidas junto ao Incra Nacional. Ou eles se fazem
718 presentes ou não se fazem, ou então retira-se da comissão. O que eu não
719 posso é... Nós não podemos, não sou eu, nós não podemos é
720 simplesmente queremos contar com uma entidade que simplesmente
721 não comparece às reuniões e depois vem com a maior casa de madeira
722 dizer: "Há 14 anos eu não consigo mandar uma resposta de um ofício tal".
723 Aconteceu isso. O juiz de Redenção sabe disso, juiz agrário. Aí o juiz
724 agrário fica tolhido ao tomar certo tipo de posicionamento porque depende
725 de uma entidade inconsequente, sabendo que tem que ser feita na
726 ocasião correta, na ocasião certa, porque o ser humano está lá no final
727 da linha. Ouvi também aqui com muita atenção que acontece de uma
728 ocupação ser feita ou desocupação feita, e a outra amanhã, depois...
729 Verdade isso. Esse é o *modus operandi* dos ocupantes. E lembro bem
730 quando eu estava na palestra, viu, doutor, eu deixei até uma pergunta e
731 o senhor até hoje não me respondeu, que o que é que é? A polícia vai,
732 retira, depois de longa jornada no Judiciário, vai, retira, e eles ficam ali
733 pelas imediações, a polícia se retira, e aí retornam para a mesma área ou
734 então para outra área, aí vão, vendem o imóvel, e por aí vai criando essa
735 bola de neve. Isso aí é o que acontece. Todos nós sabemos disso. Então
736 eu, na ocasião das minhas palestras, que eu estava... e estou ainda,
737 prossigo ainda, eu fiz a pergunta: o que é que nós podemos fazer para o
738 ser humano, viu, o ser humano ser respeitado? Porque é muito fácil a
739 Secretaria de Direitos Humanos chegar, dizer: "Não, tem que ser
740 respeitado". Faz o quê? Faz o que para ser respeitado? Direito daquelas
741 pessoas que saem, são desalojadas e ficam ali pegando sol, chuva, às
742 vezes picada de inseto e, às vezes, até morte acontece ali. Isso todos nós
743 sabemos. Todos nós sabemos. Isso é a consequência de uma situação
744 prévia, já que nós sabemos que acontece. Então, na época eu fazia essa
745 pergunta: o que é que os Direitos Humanos faz? Eu já fiz essa pergunta
746 um bocado de vezes, viu? Faço novamente. O que há... Qual é a ideia
747 que os senhores têm para resolver isso? Eu tive uma ideia, mas essa é

22





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 17/03/2023

748 ideia a longo prazo, do casamento comunitário, porque isso acontece
749 porque a pessoa chega para uma terra, não tem eira nem beira e vê que
750 não vai dar fruto logo em seguida, vai e vende a terra às vezes até para o
751 próprio proprietário... pela própria pessoa que foi invadida, vende lá e vai-
752 se embora e vai vender outra pessoa. Isso aí é o que acontece
753 corriqueiramente, todos nós sabemos disso. Então eu inventei o
754 casamento comunitário para quê? Para que, no agrarismo, as pessoas se
755 casassem, se fixassem na terra, e da terra tivessem o proveito. E dali viria
756 filhos, dali viria... Aí fica mais difícil não só homem como a mulher passar
757 para outra pessoa aquela terra, porque já vai criando o amor, vai criando
758 uma espécie de tranquilidade dentro da sua própria família. Essa foi uma
759 ideia minha. E eu estou esperando outra ideia maravilhosa... Tem que ser
760 uma mente iluminada. Por exemplo, nós temos aqui uma doutora que
761 pertence à Anoreg, né? SR. LAÉRCIO ROSA JUNIOR: Dra. Myrza
762 Tandaya. DES. PRESIDENTE: Hein? SR. LAÉRCIO ROSA JUNIOR: Dra.
763 Myrza Tandaya. DES. PRESIDENTE: Dra. Mirza, que pertence à Anoreg,
764 e que ela está chegando agora, né? Estou lançando para a senhora essa
765 proposta. Se tiver alguma situação, nos procure. Pode estar certa, se for
766 questão rápida, tranquila, na mesma hora nós vamos tomar as
767 providências devidas não só junto aos juízes agrários como também no
768 próprio Tribunal de Justiça, em reuniões com os desembargadores, certo?
769 Quanto mais nós tivermos a paz no campo para o estado do Pará é
770 melhor, para o agronegócio, doutor, é melhor. Então, todos nós estamos
771 em um só, mas nós temos que procurar soluções. É soluções agrárias.
772 Doutora, [ininteligível] para as pessoas que estão nessas áreas que nós
773 não conhecemos, cíveis, oriente os defensores públicos para fazer essa
774 preliminar. Caso não consigam, vão ao tribunal. SRA. ANDRÉIA
775 MACEDO BARRETO: Acho que o problema não é nem esse, sabe, Dr.
776 Mairton? O problema é mais profundo. As petições a gente já está até
777 fazendo. Quando tem defensor na comarca, ele faz na preliminar e a
778 gente reforça, enquanto núcleo, como petição independente, mas nós
779 temos muitos processos de advogados que não entendem o sistema de
780 justiça do Pará, sejam eles daqui, do próprio estado, sejam fora. Semana
781 passada encontrei dois processos da 2ª e da 3ª Vara da Fazenda da

23





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 17/03/2023

782 capital, que são de assentamentos da reforma agrária. Então, quando eu
783 fiz o requerimento, eu me pauto no levantamento dos números dos
784 processos, porque essa checagem a gente faz e faz os peticionamentos.
785 Inclusive, o próprio núcleo, né, os defensores e as defensoras agrárias
786 fazem esse peticionamento. Esse não é o nosso problema central. O
787 problema é saber o número do processo. Tem comarcas, Dr. Mairton, que
788 a gente faz o peticionamento... às vezes o juiz está lá sobrecarregado
789 com muitas demandas, muitas demandas cíveis, quem sabe e quem atua
790 nas varas cíveis, muitas demandas cíveis, recebe tudo daquela comarca,
791 mas fica lá o processo, né, e a gente não sabe... O advogado entra lá, às
792 vezes não tem defensor, e aí o processo fica parado. É mais pelo acesso
793 ao número do que o peticionamento em si, porque isso a gente está
794 fazendo. DES. PRESIDENTE: Pois é. Aí a senhora me joga para um outro
795 campo. A Defensoria Pública, efetivamente, ela não pode atuar onde
796 realmente não tem defensor público. Mas tem o Ministério Público, e o
797 Ministério Público está em todas as comarcas, todas, tanto dos agrários
798 quanto os de situações... Que são obrigados, vejam bem, são obrigados
799 a darem... Afinal de contas, são os fiscais da lei, certo? E esses, sim,
800 esses, sim, e eu falo isso de... Não precisa nem colocar para a Dra.
801 Herena, nem para a Dra. Ione, esses, sim, são obrigados a fazer. Ainda
802 agora eu estava citando o caso de Bragança, que eu tive que acionar a
803 Dra. Ione para resolver um assunto de Bragança que a promotora ou
804 promotor não resolvia lá. E ela esteve lá e foi, resolveu e... Mas é preciso
805 isso? Meio Ambiente, lembra, né, doutora? SRA. IONE MISSAE DA
806 SILVA NAKAMURA: Meio Ambiente. DES. PRESIDENTE: Mas é preciso
807 que seja acionado o núcleo de Belém? Não. É bom que se responsabilize
808 as pessoas. A Defensoria Pública, tudo bem, não tem. Onde tiver, façam
809 isso, porque senão... Aí eu vou orientar... orientar não, né, solicitar do
810 Ministério Público que façam, sei lá, uma CI(F) ou coisa parecida para que
811 as situações coletivas sejam devidamente acompanhadas. Se for
812 coletiva, vamos com preliminar, vamos entrar, vamos ingressar e passar
813 para o juiz agrário. Essa que é a grande realidade. Nós temos um caso
814 especificamente... não sei se já foi resolvido. É ali... Nós tivemos uma
815 reunião, Dra. Ione, vê se se lembra, no Acará, né, onde aquele caso ali é

24





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 17/03/2023

816 coletivo. Não tem por que estar ali no município de-- SRA. IONE MISSAE
817 DA SILVA NAKAMURA: Município de Tomé-Açu, Excelência. DES.
818 PRESIDENTE: Tomé-Açu, né? Tomé-Açu. Tomé-Açu não tem por que
819 estar ali. Quem é a pessoa que deve resolver isso aqui é o Dr. André, que
820 é o juiz agrário. Mas o Superior Tribunal de Justiça, aleatoriamente, sei lá
821 o que foi que houve, encaminhou que naquela coisa, para coisas
822 urgentes, teria que ser feito o próprio juiz de Tomé-Açu. Eu não sei se o
823 senhor... Já chegou isso para o senhor? SRA. IONE MISSAE DA SILVA
824 NAKAMURA: [pronunciamento fora do microfone]. DES. PRESIDENTE:
825 Essa situação. SR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA:
826 Esse já, né? SRA. IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA: Já. SR.
827 ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: Eu acho que tem
828 um que não, né, doutora? Tem um que tramita ainda por lá, né? SRA.
829 IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA: Isso. Tem um processo,
830 Excelência desembargador, que está na Vara Agrária, mas existe um
831 outro processo, e são fazendas... são áreas contíguas, são bem próximas,
832 que está sob a condução do doutor... do juiz de Tomé-Açu. O que-- DES.
833 PRESIDENTE: Por ordem [ininteligível]-- SRA. IONE MISSAE DA SILVA
834 NAKAMURA: Por ordem do STJ. Minha leitura, Excelência, é de que
835 aquela decisão, ela dizia que voltaria para o Tribunal de Justiça, minha
836 interpretação, porque a discussão inicial é se ficaria na Justiça federal ou
837 estadual. Decidiram que era competência da Justiça estadual, mas voltou
838 para o juízo de origem. Mas entendo eu que o tribunal também poderia
839 ter a interpretação de que o juízo seria o juízo da Vara Agrária, mas, enfim,
840 não me compete porque está em discussão judicial. Mas só para lhe
841 auxiliar na sua argumentação, Excelência, se o senhor me permitir, eu
842 gostaria de complementar que, de fato, o Ministério Público, ele está em
843 todos os municípios, em todas as comarcas, mas nesses casos
844 específicos que a Dra. Andréia está comentando são ações propostas
845 muitas das vezes por advogados e que, no bojo da petição, não deixam
846 claro que o conflito é coletivo. Eu não sei se é uma estratégia ou se é uma
847 falta, também, de conhecimento do advogado, porque às vezes a parte
848 só traz uma informação incompleta. Então, essas reintegrações de posse
849 e que não é perceptível de início que o conflito é coletivo, ela, muitas das

25





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 17/03/2023

850 vezes, fica dormindo em berço esplêndido lá na vara da comarca do
851 município e só depois, quando chega para a Defensoria Pública ou para
852 o Ministério Público a informação de que aquela área, aquele conflito
853 entre o João e o José, na verdade o José é assentado ou é um extrativista
854 ou é alguma... tem alguma coletividade, ou um quilombola, é aí que nós
855 vamos atrás do processo para saber. Minha sugestão, como o
856 desembargador gosta de sugestões, de propostas: penso que nós temos
857 um membro da OAB na nossa comissão, e eu acho que seria muito
858 importante acionar a OAB também no sentido não de cobrar, mas de
859 esclarecer, de repente fazer uma discussão, um seminário sobre a
860 questão da competência da Vara Agrária, porque, eu concordo com a Dra.
861 Andréia, não é só... assim, não é por má-fé muita das vezes. Às vezes é
862 porque, infelizmente, também os advogados pouco conhecem acho a
863 estrutura e competência do Judiciário nessa parte da especificidade da
864 Vara Agrária. Então acho que seria oportuno juntarmos aí os esforços
865 para poder esclarecer melhor, em um seminário, em um evento, trazer a
866 OAB, a OAB trazer os seus advogados para que a gente possa ampliar
867 aí, publicizar mais, dar maior transparência sobre a competência da Vara
868 Agrária, assim também sobre questões registrais. Acho que poderia ser
869 um evento com vários temas, que contribuiria também para que os
870 advogados pudessem atuar de forma mais, vamos dizer, eficaz para
871 trazer para o seu cliente um resultado. E com relação ao Incra,
872 desembargador, se me permite também uma sugestão, penso que esta
873 Ouvidoria e esta comissão poderiam, sim... poderíamos fazer um convite
874 para a presidência do Incra nacional, aproveitando que estamos aí com
875 novas gestões. Eu não sei quem é que está na superintendência do Incra
876 aqui em Belém, eu não tenho essa informação, mas seria oportuno fazer
877 um levantamento. DES. PRESIDENTE: A Dra. Caroline. SRA. IONE
878 MISSAE DA SILVA NAKAMURA: Não, na nossa comissão, mas... DES.
879 PRESIDENTE: A Dra. Caroline. SRA. IONE MISSAE DA SILVA
880 NAKAMURA: A presidente da... superintendente agora do Incra? DES.
881 PRESIDENTE: É, ela está de forma interina, né? SRA. IONE MISSAE DA
882 SILVA NAKAMURA: Interina. SRA. IONE MISSAE DA SILVA
883 NAKAMURA: Pronto. Poderíamos convidar então formalmente a

26





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 17/03/2023

884 superintendente do Incra para uma reunião ou mesmo o presidente do
885 Incra nacional, para que ele atente o Incra, enquanto instituição, atente
886 para a situação do estado do Pará, tá? Então, seria uma sugestão para
887 Vossa Excelência apreciar, e essa comissão. DES. PRESIDENTE: Tá
888 bom. Muito obrigado, Dra. Ione. Agora, é aquilo que eu digo: o defensor
889 público, ou Ministério Público, ou então, como sugerido pela Dra. Naire...
890 Cadê ela? Está por aí? Pois é. Olha aí, olha, mexeram com a senhora.
891 DES. PRESIDENTE: Eu não... Os advogados... Deixa eu só lhe falar uma
892 coisa, doutora, antes que a senhora fale. Advogados... Existem
893 advogados e advogados, certo? Tem advogado, por exemplo, que não
894 consegue uma medida liminar. Ele em juízo, aí vai para outro e concede,
895 aí vem aquela celeuma do diabo. Então, eles são capciosos, doutora. Tem
896 alguns advogados capciosos, a senhora sabe disso. Pode falar, doutora.
897 SRA. NAIRE FRAGOSO REI: Bom dia, Excelência. Bom dia a todos.
898 Naire Rei, da OAB. Então a OAB, a gente fornece, sim, através da escola,
899 vários cursos e capacitação, inclusive a Dra. Ione acho que deu uma
900 capacitação sobre as competências das varas agrárias para a OAB, e,
901 assim, quanto à questão de isso ser uma estratégia ou não do colega
902 advogado, acho que a instituição tem gerência quanto a isso, né? Mas,
903 de qualquer forma, a gente aceita a sugestão aí de capacitação, acho
904 interessante, sim, a gente ampliar para as questões registras já aqui com
905 a Dra. Mirza. Eu acho que a gente pode, sim, pensar em algo conjunto
906 entre as comissões da OAB. É isso. **O QUE OCORRER:** DES.
907 PRESIDENTE: Encaminha um ofício para ele. Bom, gente, nós não temos
908 mais muita coisa a fazer... Ah, no que ocorrer tem alguma coisa? Pois
909 não, Dr. Solano. SR. MARIO ALFREDO SOUZA SOLANO: Senhoras e
910 senhores, a reunião de sexta-feira passada, para não ficar esse hiato, nós
911 não esperávamos pela federação que tivesse uma apresentação da
912 Secretaria de Meio Ambiente do estado, estava prevista somente a
913 questão fundiária, e aí não houve condições, tempo suficiente para
914 informar justamente essa relação do Imazon com a questão da Semas.
915 Então eu queria, para não ficar esse hiato, ser bem objetivo para os
916 senhores entenderem agora por que eu entrei no processo inicialmente
917 da química e da física. Eu vou ler um parágrafo só de um relatório.

27





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 17/03/2023

918 desembargador, de 2018 da Semas em resposta a mais um panfleto
919 midiático que foi elaborado à época pelo Imazon sobre a questão
920 ambiental no estado do Pará, e esse relatório foi baseado por técnicos do
921 Cimam, que é o Centro Integrado Ambiental do estado do Pará. Diz o
922 seguinte: "O número de inconsistências identificadas equivale a 50,89%
923 dos 1.299 polígonos SAD agosto/2018". O Imazon, novamente, na
924 questão ambiental, ele se baseia pelo SAD, que é o Sistema de Alerta de
925 Desmatamento. O SAD, ele funciona, para quem não conhece, pelo calor,
926 diferentemente do Cimam, que é preciso. E ele diz ainda: "E incluem 634
927 polígonos anteriores a agosto de 2018, 12 polígonos com duplicidade e
928 15 indicativos de falsos positivos, denominação que se dá quando não há
929 nenhum desmatamento no interior do polígono de alerta". Então, assim,
930 não é a primeira vez que recebemos informações, não é, e, obviamente,
931 generalizada, e aqui está a prova que a própria Semas, em 2018, baseada
932 nessas informações que foram passadas pelo Imazon, que causou
933 realmente um alerta não só estadual, mas nacional, sobre questão de
934 desmatamento no Pará, e vem a Semas, através da sua área técnica, e
935 contesta com fundamento técnico. Então, ficam essas observações, para
936 a gente ficar atento justamente com essas ONGs referente ao que
937 passam e a forma que passam. Eram essas as observações, presidente.
938 Obrigado. DES. PRESIDENTE: Muito obrigado, doutor. O senhor disse
939 que quer... quer fazer algum requerimento? SR. MARIO ALFREDO
940 SOUZA SOLANO: Não. DES. PRESIDENTE: Não? SR. MARIO
941 ALFREDO SOUZA SOLANO: [pronunciamento fora do microfone]. DES.
942 PRESIDENTE: Tá. Já foi feito o encaminhamento. Mais alguma coisa? Eu
943 não teria. A nossa promotora tem algum encaminhamento? DES.
944 PRESIDENTE: Dra. Defensora, tem algum encaminhamento? Dra. Ione,
945 tem algum encaminhamento? SRA. ANDRÉIA MACEDO BARRETO:
946 [ininteligível] a minha sugestão é, desembargador... Eu não desisto,
947 desembargador. [risos] SRA. ANDRÉIA MACEDO BARRETO: A minha
948 sugestão é que, com base no regimento, que diz que a comissão pode
949 fazer levantamentos, tudo e proposições, que fosse feito o levantamento
950 das ações de reintegração de todas as varas, inclusive das varas cíveis.
951 DES. PRESIDENTE: Eu não tenho esse poder, mas... SRA. ANDRÉIA

28





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 17/03/2023

952 MACEDO BARRETO: Podemos tentar, né? DES. PRESIDENTE: Vou
953 colocar em votação o vosso pedido. Alguém se manifesta em contrário?
954 Não? Então, vamos então encaminhar ofício a todos os juízes das varas
955 cíveis, não só de Belém como de todas as comarcas, para que me
956 respondam essa situação. É coletivos, tá? Eu quero informar aos
957 componentes: só os componentes da nossa comissão, só eles, terão
958 esse... o conhecimento de quais são, a listagem, está certo? Só eles terão
959 o conhecimento específico da listagem das reintegrações de posse que
960 irão ser realizadas. E quero informar aos senhores que, antes de qualquer
961 desocupação pela Justiça Agrária, essa fase aqui eu já falei com o nosso
962 juiz agrário, será me comunicado, né, que aí nós teremos também que
963 dar apoio junto à polícia, junto à situação, para saber qual é o cronograma
964 que nós vamos fazer... Ou seja, vamos agir de uma forma para evitar
965 qualquer tipo de conflito. Já chega o Pará ser conhecido lá fora como um
966 estado conflituoso, principalmente na área agrária. E nós não queremos
967 isso. Graças a Deus, nós estamos com o número reduzidíssimo de morte
968 no campo. Graças a Deus. Doutora, quer falar? Fique à vontade, doutora.
969 SRA. IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA: Desembargador, só para
970 contribuir no seu... no encaminhamento de Vossa Excelência. Como o
971 sistema do Tribunal de Justiça, ele funciona por categorias, acho que vai
972 ser difícil para os juízes identificar o que é coletivo ou não. Mas talvez, se
973 o senhor... se Vossa Excelência entender que é pertinente pedir para que
974 as varas de todas as comarcas encaminhem a relação das ações de
975 reintegração de posse... Porque o que a Dra. Andréia precisa são os
976 números. Se for o caso, nós vamos olhar uma por uma pelo PJE... Se
977 tiverem PJE, melhor, mas senão vamos... Na dúvida, possamos pedir o
978 número, uma cópia da inicial daquela... Porque o problema é esse: nós
979 não temos hoje como consultar, pedir uma relação, um relatório no
980 sistema... no acesso que nós temos, mas Vossa Excelência, esta
981 comissão, teria esse poder de pedir. E aí, com base nesses números por
982 comarca, nós teríamos como. SRA. IONE MISSAE DA SILVA
983 NAKAMURA: É, nós poderíamos fazer a consulta para verificar se é
984 coletivo ou não, porque os juízes de todas as comarcas com certeza vão
985 ter dificuldade de fazer essa análise lá. SRA. IONE MISSAE DA SILVA

29





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 17/03/2023

986 NAKAMURA: Então minha sugestão seria essa, Excelência. DES.
987 PRESIDENTE: Mas, olha, dificuldade vão ter de qualquer jeito. [risos]
988 DES. PRESIDENTE: Vão ter de qualquer jeito, e tem que ser o coletivo,
989 porque, deixa eu dizer, doutora, as reintegrações de posse, todas estão
990 no tribunal, todas elas, todas. Você, por exemplo, queira ingressar na
991 Jacundá, tem quantas reintegrações de posse lá? São poucas, não são
992 muitas, não. SRA. IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA: É isso,
993 Excelência, como-- DES. PRESIDENTE: É, mas isso aí, eles... se são
994 poucas, é melhor que ele faça essa triagem lá do que a gente. Melhor,
995 né? SRA. IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA: É como eu expliquei,
996 Excelência, é porque nesses processos... Nós acompanhamos vários
997 casos, e a ajuda que nós precisaríamos, até para convergir aqui os
998 nossos interesses, seria que... Essas ações de reintegração de posse,
999 elas estão parecendo ser individuais, mas, na verdade, elas são coletivas.
1000 E aí aos próprios juízes das comarcas, eles acabam sendo induzidos a
1001 erro. Então é esse tipo de situação que nós gostaríamos de ter a
1002 oportunidade, com a ajuda desta comissão, de sanar. Agora, essa
1003 avaliação, se é coletiva ou não, eles não ingressam assim: "ação de
1004 reintegração de posse coletiva nas varas comuns". Eles entram com ação
1005 de reintegração de posse, e aí é no bojo de cada um dos casos que nós
1006 vamos saber se é coletivo ou não, porque isso não vem identificado. DES.
1007 PRESIDENTE: Não, mas isso eles me dizem, isso eles devem me dizer,
1008 já com esse ofício encaminhado. Aí o desmembramento já é com eles lá,
1009 não... SRA. IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA: É, por isso que...
1010 Como isso ia trazer uma complexidade, talvez problemas para os juízes,
1011 que a minha sugestão foi no sentido de que cada juiz encaminhasse as
1012 ações, os números das ações de reintegração de posse, porque aí, sim,
1013 o secretário da comarca da secretaria conseguiria encaminhar para a
1014 gente. DES. PRESIDENTE: Ele que faça lá, porque, veja bem...
1015 [ininteligível], mas ele que faça lá, porque quando a pessoa... quando um
1016 magistrado coloca um coletivo, ele sabe muito bem qual é. Sabe muito
1017 bem qual é. E se porventura ele vir e faltar com a verdade aqui para a
1018 comissão, ele sabe que eu vou para cima. SRA. IONE MISSAE DA SILVA
1019 NAKAMURA: Mas é isso que eu estou [ininteligível]. DES. PRESIDENTE:

30





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 17/03/2023

1020 Não, mas não quero... Não, eu quero colocar a responsabilidade também
1021 neles, entendeu? SRA. IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA: Aham.
1022 DES. PRESIDENTE: Responsabilidade é dele de responder. E se
1023 porventura fala... Um magistrado vai dizer: "Ah, me equivoquei". Não
1024 existe equívoco. Não aceito equívoco. Porventura vir com coisa, eu coloco
1025 é um padre(F) em cima dele, pode ficar certa disso. O que não pode é
1026 nós fazermos... Assim como eu estou exigindo do Incra, do Iterpa, dos
1027 órgãos que compõem aqui a comissão, exijo também dos magistrados.
1028 Eles têm que logicamente verificar. Sabem muito bem o que eles estão
1029 fazendo. Se eles estão fazendo de uma coletiva, eles sabem muito bem,
1030 sabem, pode ficar certa disso. Eu quero, por exemplo, que a Dra.
1031 Andréia... Dra. Andréia é fiscalizadora, Dra. Herena, Dra. Ione, chega
1032 comigo: "Olha, doutor, a gente esqueceu isso aqui". Por isso que eu estou
1033 informando aos senhores que toda a relação vai ficar disponível para os
1034 componentes da comissão, apenas eles. SRA. IONE MISSAE DA SILVA
1035 NAKAMURA: Não, isso aí já é... DES. PRESIDENTE: Só. Porque é uma
1036 questão... isso aí é uma questão acredito que em segredo de justiça. SRA.
1037 IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA: Uhum. DES. PRESIDENTE: Se
1038 porventura algum membro quiser dar conhecimento a alguém, isso e
1039 aquilo, daí lá vai. Aí é complicado, está certo? Então, gente, eu confesso
1040 aos senhores que eu estou bastante satisfeito com a nossa comissão,
1041 com algumas insatisfações, por exemplo, com o Incra, que não
1042 compareceu, com o Iterpa, que não compareceu, com o Ministério Público
1043 federal, que o Dr. Felipe(F) diz aqui que está em viagem institucional, mas
1044 ele tem uma pessoa que o substitui, né? Não deu [ininteligível] nenhum.
1045 Quem mais? Hum? SR. LAÉRCIO ROSA JUNIOR: A representante
1046 suplente dele também justificou a ausência DES. PRESIDENTE: PGE não
1047 veio? Dr. Ibrahim, quem é a pessoa que o substitui? SR. LAÉRCIO ROSA
1048 JUNIOR: A representante titular é a Dra. Janyce. DES. PRESIDENTE:
1049 Hein? Pois é. E por que é que ela não veio? SR. LAÉRCIO ROSA
1050 JUNIOR: Ela justificou a ausência. DES. PRESIDENTE: Então são essas
1051 situações... Vamos fazer com que... Vamos dar mais andamento, mais
1052 seriedade, na nossa comissão. Nós vamos encaminhar o ofício para
1053 saber qual é o motivo que... já que eles não disseram, então vamos saber

31





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 17/03/2023

1054 qual é o motivo que... Não querem ficar na comissão? Não tem problema.
1055 Substitui. O que não pode é dizer que está isso, está aquilo, assumir o
1056 compromisso anterior... E aí? Isso foi verificado um mês antes ou dois
1057 meses antes, a nossa reunião. Por exemplo, quando é que vai ser a nossa
1058 próxima reunião? SR. LAÉRCIO ROSA JUIOR: Será no dia 14 de abril.
1059 DES. PRESIDENTE: Por favor, 14 de abril. Está bom ou desejam outro
1060 dia? SRA. IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA: Vou só olhar nossa
1061 Pauta aqui. SRA. IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA: Não tem nada
1062 marcado. SRA. IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA: É, então acho que
1063 dá, né? Porque aí acho que a gente está voltando de Salvaterra, né? DES.
1064 PRESIDENTE: Então tá bom, então ficamos, então, dia 14 do... às... no
1065 mesmo horário, no mesmo, como dizem, bat-canal, né, aqui. [risos] DES.
1066 PRESIDENTE: E quem desejar, quem desejar... ORADOR NÃO
1067 IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]. DES.
1068 PRESIDENTE: Não tem problema. O senhor... A gente... E antes disso
1069 acredito que eu esteja lá com o senhor. Não vê que lá... Lá em Altamira
1070 eu sei que tem muitos sindicatos atuantes, Direitos Humanos... não tem
1071 lá? Direitos Humanos, tem... Associação em tudo quanto é lado lá eu
1072 conheço. Tem de barragem, tem uma série de... É bom, isso é bom. SR.
1073 ANTÔNIO FERNANDO DE CARVALHO VILAR: É demais. DES.
1074 PRESIDENTE: É demais, é demais. [risos] DES. PRESIDENTE: Que
1075 coisa boa, né, doutor? Doutor. SR. MARIO ALFREDO SOUZA SOLANO:
1076 Eu gostaria até [ininteligível]. DES. PRESIDENTE: Pois não. SR.
1077 LAÉRCIO ROSA JUNIOR: Dr. Solano pede a palavra. SR. MARIO
1078 ALFREDO SOUZA SOLANO: É só uma observação. Dr. Felipe justificou
1079 aqui a ausência da substituta dele é por motivo de saúde. Ele justificou
1080 aqui a substituta dele. DES. PRESIDENTE: Tá, mas isso ela vai me dizer.
1081 SR. MARIO ALFREDO SOUZA SOLANO: É, só essa observação. DES.
1082 PRESIDENTE: Por ocasião, que eu vou mandar ofício para ele. SR.
1083 MARIO ALFREDO SOUZA SOLANO: Isso. E aqui quanto à questão de
1084 Direitos Humanos, só lembrando, todos sabem disso, mas também o
1085 produtor, seja ele da agricultura familiar ou o grande produtor, também é
1086 cidadão de direito. Portanto, também merece atenção dos Direitos
1087 Humanos. Muito obrigado. DES. PRESIDENTE: [ininteligível]. Bom, então

32





PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 OUVIDORIA AGRÁRIA
 COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 17/03/2023

1088 como não existe mais nada, está encerrada, e quem quiser... Está
 1089 encerrada a nossa reunião, e quem quiser conhecer as nossas
 1090 instalações, novas instalações que ainda não a conhecem ainda, por
 1091 favor, doutora Alessandra...] Assim eu, Laércio Rosa Junior, servindo
 1092 como secretário desta Comissão, lavrei a presente ATA.
 1093 //

1094

1095

1096

1097


Mairton Marques Carneiro

1098 Ouvidor Agrário do TJPA e Presidente da Comissão Permanente de
 1099 Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à
 1100 Grilagem – CPMEAQLG

